

Investimentos *versus* Desenvolvimento Sócio-Econômico: um estudo nos Municípios Paranaenses

RESUMO

As administrações municipais, independentes das questões políticas e vontade pessoal, sobrevivem num questionamento constante sobre os aspectos prioritários relacionados ao atendimento das necessidades da maioria da população. Assim, este trabalho tem por objetivo verificar a relação existente entre os investimentos feitos nos Municípios Paranaenses, nas diversas funções de governo, com o desenvolvimento sócio-econômico dos respectivos Municípios, no período de 2003 a 2007. Para tal, utilizou-se de pesquisa bibliográfica para elaborar o referencial teórico e identificar os indicadores de investimentos e de desenvolvimento sócio-econômico. Após isso, foi elaborado um banco de dados com os indicadores de todos os Municípios da amostra (o total de Municípios do Estado do Paraná é 399, mas 24 foram excluídos por falta de dados, portanto, amostra ficou com 375 observações), divididos pelo número de habitantes e pela região geográfica, e aplicado o teste estatístico de Correlação de Pearson. Em síntese, pode-se verificar que quase todas as correlações encontradas, estatisticamente significativas, foram positivas, ou seja, o aumento no PIB per capita proporciona o aumento nos investimentos e um aumento nos investimentos proporciona maior desenvolvimento (IFDM). Observando os resultados gerais, quando se correlaciona as despesas dos Municípios Paranaenses da amostra, do período estabelecido, com o PIB per capita percebe-se, mesmo com correlações baixas, o perfil agrícola do Paraná. Nesse caso, à medida que o PIB per capita dos paranaenses aumenta, ocorrem mais investimentos em transporte, lazer, agricultura, administração etc.

Palavras-chave: Investimento Público; Despesas Públicas; Desempenho Econômico.

1 – INTRODUÇÃO

Verifica-se, com frequência, nos meios de comunicação, a dificuldade de acesso encontrada por parte da população ao conjunto dos serviços públicos, principalmente aos relacionados à saúde, educação, transporte, habitação, segurança etc. Aspectos como esse, demonstram que as administrações municipais carecem de instrumentos e suportes técnicos para estabelecer prioridades de investimentos e verificar seu desempenho administrativo.

O contexto administrativo peculiar das administrações públicas municipais exige, por parte dos gestores, o conhecimento da realidade local e transparência nos interesses da municipalidade. Para isso, a boa aplicação dos limitados recursos disponíveis, torna necessária a apresentação de critérios adequados para a aplicação dos mesmos em ações e atendimento às causas locais mais prioritárias.

Segundo Bortolanza (2005), a complexidade da área social induz os gestores municipais à aplicação dos recursos de forma dispersa, sem atender adequadamente as reais prioridades da população.

Nesse contexto, torna-se importante discutir quais investimentos estão relacionados com o desenvolvimento sócio-econômico dos Municípios Paranaenses, proporcionando informações para os gestores públicos tomarem as decisões.

Portanto, o objetivo deste trabalho é verificar a relação existente entre os investimentos feitos nos Municípios Paranaenses, nas diversas funções de governo, com o desenvolvimento sócio-econômico dos respectivos Municípios, no período de 2003 a 2007.

O trabalho está organizado da seguinte forma: introdução; referencial teórico sobre a administração municipal, investimentos públicos e desenvolvimento sócio-econômico; os procedimentos metodológicos adotados; apresentação e análise dos resultados; e considerações finais.

2 – REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Administração municipal

A esfera administrativa municipal obteve conquistas na autonomia e posicionamento governamental relacionada à deliberação e atuação nas causas locais frente aos seus interesses e necessidades. A independência econômica dos Municípios continua com limitações diante dos aspectos legais de auferir recursos, embora obtivesse avanços na forma de gerenciamento dos mesmos (BORTOLANZA, 2005).

As administrações municipais, independentes dos encaminhamentos políticos e vontades de realização pessoal, sobrevivem num questionamento constante sobre os aspectos prioritários relacionados ao atendimento das necessidades da maioria da população.

Os problemas municipais são muitos, mas os principais são apontados por Bremaeker (1997), como:

- carência de infra-estrutura urbana, abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo, drenagem, energia elétrica, telefonia, pavimentação de vias e transporte coletivo;
- carência de serviços sociais, saúde pública, educação, cultura, assistência social, creches e recreação;
- *déficit* habitacional;
- ocupação irregular do solo na expansão desenfreada sobre áreas ecologicamente sensíveis, comprometendo ecossistemas naturais e criando risco, existência de favelas, inchaço da cidade principal, ocupação irregular ou desordenada da periferia, de bairros ou de loteamentos, ocupação de encostas, ocupação de áreas de mananciais, ocupação de margens de rios, de áreas de reservas florestais ou de áreas de difícil acesso, além da invasão de áreas privadas e públicas;
- desemprego, aumento da criminalidade, aumento da violência, falta de segurança, aumento dos roubos e dos furtos, da prostituição, do consumo de drogas e dos homicídios;
- diminuição da qualidade de vida, aumento da população marginal, do número de crianças abandonadas, do número de pessoas carentes, de mendigos e da subnutrição.

Essas questões acompanham as administrações municipais no processo de desenvolvimento, industrialização, urbanização etc., absorvendo grande parte dos recursos financeiros e atenção das administrações municipais.

Além disso, segundo Lubambo (2006), predomina a noção de que, nas regiões menos desenvolvidas do País, onde a receita per capita é reduzida, haveria tendencialmente um baixo desempenho dos governos. A capacidade de gasto público seria positivamente afetada pela variável base econômica, na medida em que esta define o volume de riqueza a ser taxada e, portanto, a base fiscal do nível de governo em questão, ou seja, a capacidade de gasto público teria o poder de definir o desempenho da gestão.

A indefinição e desconhecimento das prioridades a serem atendidas nos Municípios tornam nebulosa a decisão e vontade dos administradores locais. Um mecanismo que permita apontar a relação entre os investimentos e o desempenho econômico, pode melhorar a boa aplicabilidade e gestão dos recursos públicos e, por conseguinte, proporcionar o bem estar da população.

2.2 Investimento público

Segundo Riani (2002), os gastos públicos constituem-se na principal peça de atuação do governo, sendo que por meio deles, o governo estabelece uma série de propriedades no que se refere à prestação de serviço e investimentos. Podendo, em última instância, serem

conceituados como uma escolha política dos governos no que se refere aos diversos serviços que eles prestam a sociedade. Representam o custo da quantidade e da qualidade dos serviços e bens oferecidos pelo governo.

Em geral, os gastos públicos são apresentados e classificados de acordo com sua finalidade, sua natureza e sua função. A sua finalidade tem por objetivo descartar seus desmembramentos segundo as funções e os programas a serem executados pelo governo. Essa classificação é importante para a implantação do orçamento programa, cujo objetivo é aumentar a eficiência e a eficácia na programação dos gastos do governo (RIANI, 2002).

Um aspecto importante a ser considerado quando se discute os gastos públicos é o crescimento populacional, pois o aumento da população exerce efeito direto sobre o volume de bens públicos e semi-públicos. Implica a necessidade de crescimento dos serviços de segurança, o aumento de escolas, a ampliação dos serviços assistenciais e de saúde etc. (REZENDE, 2001).

Além do crescimento da demanda desses bens, outra causa importante da necessidade da expansão de gastos governamentais, relaciona-se à própria ampliação dos gastos com a sua manutenção. Segundo Rezende (2001), a elevação do nível de renda per capita e do padrão de vida da população amplia o tempo disponível para o lazer, o que implica criar novos tipos de bens públicos (museus, parques, jardins, praias etc.). Além disso, o próprio processo de crescimento econômico tem provocado deseconomias externas que ampliam a necessidade de manutenção de novos serviços pelo governo, como por exemplo, o controle da poluição e a preservação do meio ambiente.

Neste trabalho, consideram-se como investimentos todos os gastos feitos pelo poder executivo dos Municípios analisados, conforme explicação a seguir.

Para representar os investimentos serão utilizadas as despesas por função executadas no período estabelecido nesta pesquisa, essas despesas são apresentadas no Anexo II do Demonstrativo das Despesas por Função/Subfunção. Esse demonstrativo integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

A análise da composição das despesas segundo as principais categorias econômicas permite quantificar o atingimento dos objetivos governamentais de promoção do crescimento econômico e de redistribuição de renda nacional. Segundo Rezende (2001), essa classificação tem suas restrições, pois muitas despesas que são classificadas como custeios nos orçamentos dizem respeito a atividades às vezes mais importantes para o crescimento econômico e para a distribuição de renda do que outras despesas de investimentos ou transferências.

Para Riani (2002), as despesas por funções obedecem a uma classificação de forma agregada que reflete as prioridades dadas pelo governo à alocação dos recursos que lhe são disponíveis. Apesar de haver certa complexidade na distinção e definição precisa da aplicação dos recursos desse nível, esta distribuição dos gastos é importante para a análise das despesas públicas.

Segundo Slomski (2003, p. 178), “a função expressa o maior nível de agregação das ações da administração pública, nas áreas de despesa que competem ao setor público”.

Segue abaixo, a relação das despesas por função, as quais serão consideradas os investimentos feitos nos Municípios e, portanto, os indicadores de investimentos:

- Administração (considera todas as despesas com: planejamento e orçamento; administração geral; administração financeira; controle interno; normatização e fiscalização; tecnologia da informação; ordenamento territorial; formação de recursos

- humanos; administração de receitas; administração de concessões; comunicação social; outras despesas na função administração);
- Segurança Pública (considera todas as despesas com: policiamento; defesa civil; informação e inteligência; outras despesas na função segurança pública);
 - Assistência Social (considera todas as despesas com: assistência ao idoso; assistência a deficiência; assistência à criança; assistência comunitária; outras despesas na função assistência social);
 - Previdência Social (considera todas as despesas com: previdência básica; previdência do regime estatutário; previdência complementar; previdência especial; outras despesas na função previdência social);
 - Saúde (considera todas as despesas com: atenção básica; assistência hospitalar; suporte profilático; vigilância sanitária; vigilância epidemiológica; alimentação e nutrição; outras despesas na função saúde);
 - Trabalho (considera todas as despesas com: proteção ao trabalhador; relações de trabalho; empregabilidade; fomento ao trabalho; outras despesas na função trabalho);
 - Educação (considera todas as despesas com: ensino fundamental; ensino médio; ensino profissional; ensino superior; educação infantil; educação de jovens e adultos; educação especial; outras despesas na função educação);
 - Cultura (considera todas as despesas com: patrimônio cultural; difusão cultural; outras despesas na função cultura);
 - Direitos da Cidadania (considera todas as despesas com: custódia e reintegração social; direitos humanos; assistência povos indígenas; outras despesas na função cidadania);
 - Urbanismo (considera todas as despesas com: infra-estrutura urbana; serviços urbanos; transportes coletivos urbanos; outras despesas na função urbanismo);
 - Habitação (considera todas as despesas com: Habitação Rural; Habitação Urbana; Outras Despesas na Função Habitação);
 - Saneamento (considera todas as despesas com: saneamento básico rural; saneamento básico urbano; outras despesas na função saneamento);
 - Gestão Ambiental (considera todas as despesas com: preservação ambiental; controle ambiental; recuperação áreas degradadas; recursos hídricos; meteorologia; outras despesas na função gestão ambiental);
 - Ciência e Tecnologia (considera todas as despesas com: desenvolvimento científico; desenvolvimento tecnológico; difusão do conhecimento científico; outras despesas na função ciência e tecnologia);
 - Agricultura (considera todas as despesas com: promoção da produção vegetal; promoção da produção animal; defesa sanitária vegetal; defesa sanitária animal; abastecimento; extensão rural; irrigação; outras despesas na função agricultura);
 - Organização Agrária (considera todas as despesas com: reforma agrária; colonização; outras despesas na função organização agrária);
 - Indústria (considera todas as despesas com: promoção industrial; produção industrial; mineração; propriedade industrial; normalização e qualidade; outras despesas na função indústria);
 - Comércio e Serviços (considera todas as despesas com: promoção comercial; comercialização; comércio exterior; serviços financeiros; turismo; outras despesas na função comércio e serviços);
 - Comunicações (considera todas as despesas com: comunicações postais; telecomunicações; outras despesas na função comunicações);
 - Energia (considera todas as despesas com: conservação de energia; energia elétrica; petróleo; álcool; outras despesas na função energia);

- Transporte (considera todas as despesas com: transporte aéreo; transporte rodoviário; transporte ferroviário; transporte hidroviário; transportes especiais; outras despesas na função transporte);
- Desporto e Lazer (considera todas as despesas com: desporto de rendimento; desporto comunitário; lazer; outras despesas na função desportos e lazer);
- Encargos Especiais (considera todas as despesas com: refinanciamento da dívida interna; refinanciamento da dívida externa; serviço da dívida interna; serviço da dívida externa; transferências; outros encargos especiais; outras despesas na função encargos especiais).

2.3 Desenvolvimento sócio-econômico

Uma vez que qualidade é conceito abstrato, considerado característica intrínseca de alguma coisa, as administrações municipais devem ter, mesmo que de forma implícita, uma idéia do que possui ou não qualidade em relação às atividades que ela desenvolve.

A questão de como analisar práticas de qualidade neste tipo de organização é muito complexa, uma vez que existem poucos elementos objetivos que permitam definições e medidas específicas. Entretanto, se qualidade está, em última análise, relacionada com a percepção de algo bom, a percepção de grupos organizacionais em relação a práticas de qualidade pode oferecer elementos úteis para o entendimento da questão (Vieira, 1997). Assim, considerando a subjetividade ligada ao conceito de qualidade, pode-se afirmar que ele possui caráter valorativo, que gera diferentes noções e significados.

A utilização sistemática de indicadores para medir o desempenho econômico teve início no final da década de 1950, com a generalização do uso do PIB como indicador do progresso econômico de um país. Já na década de 1960 surgiram medidas que ampliam a mera concepção econômica retratada pelo PIB, com a utilização do PIB *per capita* como referencial em paralelo a alguns indicadores sociais como mortalidade infantil e taxa de analfabetismo (BRAGA *et al.*, 2004).

Segundo os mesmos autores, nos anos 1990, com o reconhecimento do caráter restritivo do PIB, surge o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, como ferramenta para mensurar o desenvolvimento econômico e humano, sintetizando os seguintes aspectos: expectativa de vida; taxa de alfabetização; escolaridade; e PIB *per capita*.

Índices sintéticos como o PIB e o IDH possuem a clara vantagem de comunicação ágil e grande impacto; isso não ocorre sem a perda de dimensões relevantes do fenômeno que se quer retratar, sem o obscurecimento de diferenças e desigualdades internas às unidades de análise e tampouco sem escudar-se em juízos de valor e escolhas arbitrárias de difícil entendimento para o público em geral (BRAGA *et al.*, 2004).

Segundo Riani (2002), normalmente a importância do setor público num país é medida por meio de seu grau de desenvolvimento e, também, por intermédio da renda per capita. Acontece, porém, que cada país possui as suas peculiaridades políticas e sociais que interferem diretamente na estrutura do setor público e na própria renda per capita.

O efeito da renda per capita sobre a demanda por serviços públicos é algo que está, em parte, ligado a urbanização. Quando as sociedades se beneficiam de uma elevação do seu nível de renda, tendem a ter um maior grau de escolaridade e com isso a aumentar as pressões em favor da oferta de serviços públicos melhores, como a urbanização, bons hospitais, boas escolas etc. (GIAMBIAGI, 2000).

A utilização do IDH neste trabalho ficou prejudicada, tendo em vista que os dados mais recentes dos Municípios são referentes ao ano de 2000. Por isso, optou-se por utilizar o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

Segundo a Firjan (2010), o IFDM nasceu em resposta à necessidade de se monitorar anualmente o desenvolvimento sócio-econômico dos Municípios. O índice contempla três esferas (todas com peso igual): emprego&renda, educação e saúde. Essas esferas em conjunto com suas respectivas variáveis estão evidenciadas na Figura 1.

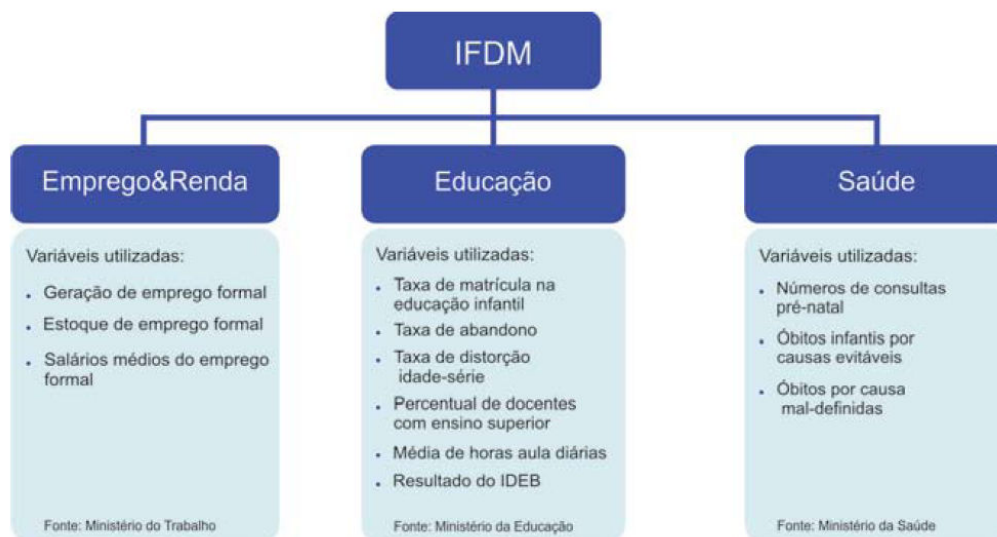


Figura 1 - Resumo das Variáveis Componentes do IFDM

Fonte: FIRJAN (2010, p. 29)

O índice varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior será o nível de desenvolvimento da localidade, o que permite a comparação entre Municípios ao longo do tempo. Com base nessa metodologia, segundo a Firjan (2010, p. 29) o IFDM tem a seguinte classificação:

- Municípios com IFDM entre 0 e 0,4 à baixo estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 à desenvolvimento regular;
- Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 à desenvolvimento moderado;
- Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 à alto estágio de desenvolvimento.

A existência de defasagem temporal de três anos entre a divulgação do resultado e o ano a que se refere o índice decorre do fato de serem utilizadas apenas estatísticas oficiais. Com efeito, somente em 2010 foi possível reunir concomitantemente os dados dos Ministérios da Educação, da Saúde e do Trabalho para 2007.

Portanto, neste trabalho, optou-se por utilizar o PIB per capita e o IFDM como medidas de desenvolvimento sócio-econômico.

3 – METODOLOGIA

Para a construção do referencial teórico foi utilizado à pesquisa bibliográfica e para verificar a relação existente entre os investimentos e o desenvolvimento sócio-econômico o teste estatístico denominado de Correlação de Pearson, feito por intermédio do software estatístico SPSS® (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 15.0.

A amostra escolhida é os Municípios do Estado do Paraná, cujo total é 399 Municípios, mas por falta de informações, 24 foram excluídos da amostra (Alto Paraíso, Alvorada do Sul, Antonina, Borrazópolis, Catanduvas, Céu Azul, Curiúva, Dois Vizinhos, Doutor Ulysses, Guaraniçu, Guaraqueçaba, Inajá, Itaúna do Sul, Jaguariaiva, Laranjal, Nova Santa Bárbara, Pinhais, Quinta do Sol, Roncador, Salto do Itararé, Santa Cecília do Pavão, São João do Triunfo, São Pedro do Iguçu e Tupãssi), totalizando 375 Municípios (observações).

Os dados utilizados são de fonte secundária, disponibilizados no site da Secretaria do Tesouro Nacional, no banco de dados do Finbra (Finanças Brasil), para o período de 2003 a 2007 (dados das despesas por função e PIB per capita) e de 2006 e 2007 (dados do IFDM).

Os Municípios da amostra foram divididos de duas formas. Primeiro, com base na população de 2007, foram divididos em 6 grupos (Municípios com até 10.000 habitantes, de 10.001 à 30.000 habitantes, de 30.001 à 50.000 habitantes, de 50.001 a 100.000 habitantes e acima de 100.000 habitantes, com exceção de Curitiba, e Curitiba. Segundo, conforme as 7 regiões geográficas do Estado do Paraná, que de acordo com o IparDES (2010) são as seguintes: central, metropolitana, nordeste, norte, oeste, sudeste e sudoeste. Tal procedimento foi executado para facilitar a análise dos resultados e verificar se o tamanho dos Municípios impacta na forma de aplicação dos recursos.

O trabalho foi iniciado com a pesquisa bibliográfica para construção do referencial teórico e, conseqüentemente, a identificação de todas as variáveis que representam os investimentos feitos nos Municípios. Após essa identificação, foi elaborado um banco de dados com todos os Municípios da amostra e seus respectivos indicadores para o período especificado, além dos indicadores que representam o desenvolvimento sócio-econômico (PIB per capita e IFDM).

Após a elaboração do banco de dados com todos os indicadores, foi feita a correlação entre os indicadores de investimento e o PIB per capita e IFDM para o conjunto de Município Paranaense da amostra e o período estabelecido (Tabelas 1 e 2). Na seqüência, foi realizado o mesmo procedimento para cada grupo de Municípios (Tabelas 3 e 4) e, por fim, a correlação adotada para cada região geográfica (Tabelas 5 e 6).

4 - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Analisando os resultados descritos na Tabela 1, percebe-se a existência de correlação entre todas as despesas por função (consideradas como investimentos dos recursos) com PIB per capita e população, no período de 2003 a 2007. Mas, ao considerar apenas as despesas com correlação estatisticamente significativa (pelo menos ao nível de significância de 95%) com PIB per capita, as despesas com Ciência e Tecnologia e Organizações Agrárias devem ser excluídas. Da mesma forma, a despesa com Organizações Agrárias não tem correlação significativa com a população.

Todas as correlações estatisticamente significativas são positivas, mas não necessariamente altas. As correlações com PIB per capita são baixas, as maiores não ultrapassam 12% (Transporte 0,349, Desporto e Lazer 0,346, Agricultura 0,329 e Administração 0,287). Com relação à População, a situação é diferente, a maioria das correlações é alta, acima dos 70% (Educação 0,975, Saúde 0,970, Encargos Especiais 0,950, Assistência Social 0,924, Cultura 0,922, Urbanismo 0,909, Previdência Social 0,909, Segurança Pública 0,906, Administração 0,897, Trabalho 0,857, Gestão Ambiental 0,848, Desporto e Lazer 0,837 etc.).

Portanto, quando se correlaciona as despesas dos Municípios Paranaenses da amostra, do período estabelecido, com o PIB per capita percebe-se, mesmo com correlações baixas, o perfil agrícola do Paraná. Nesse caso, à medida que o PIB per capita dos paranaenses aumenta, ocorrem mais investimentos em transporte, lazer, agricultura, administração etc. A correlação com a população é alta e significa dizer que quanto mais populoso o município mais investimentos são necessários nas áreas básicas (educação, saúde, assistência social, urbanismo, segurança, trabalho, lazer etc.).

Tabela 1 - Correlação das despesas por função com PIB per capita e População de 2003 a 2007

Despesas por Função de Governo	PIB Per capita		População	
	CP*	Sig**	CP*	Sig**
Administração	0,287	0,000	0,897	0,000
Segurança Pública	0,136	0,000	0,906	0,000
Assistência Social	0,218	0,000	0,924	0,000
Previdência Social	0,187	0,000	0,909	0,000
Saúde	0,174	0,000	0,970	0,000
Trabalho	0,110	0,000	0,857	0,000
Educação	0,223	0,000	0,975	0,000
Cultura	0,182	0,000	0,922	0,000
Direitos da Cidadania	0,110	0,000	0,236	0,000
Urbanismo	0,100	0,000	0,909	0,000
Habitação	0,090	0,000	0,787	0,000
Saneamento	0,062	0,007	0,048	0,036
Gestão Ambiental	0,245	0,000	0,848	0,000
Ciência e Tecnologia	0,037	0,107	0,165	0,000
Agricultura	0,329	0,000	0,189	0,000
Organização Agrária	-0,032	0,171	-0,009	0,701
Indústria	0,146	0,000	0,578	0,000
Comércio e Serviços	0,099	0,000	0,817	0,000
Comunicações	0,059	0,010	0,144	0,000
Energia	0,046	0,049	0,048	0,037
Transporte	0,349	0,000	0,189	0,000
Desporto e Lazer	0,346	0,000	0,837	0,000
Encargos Especiais	0,142	0,000	0,950	0,000

*Correlação de Pearson

**Sig. (2-tailed)

Fonte: extraído do *software* SPSS® e adaptada pelos autores

Quanto aos resultados da correlação das despesas por função com IFDM (Tabela 2), cujo período analisado foi apenas 2006 e 2007 (o índice foi calculado somente desses dois anos), encontraram-se, também, correlações baixas. A maior correlação é com Desporto e Lazer 17%, seguido pela Gestão Ambiental 11% e Assistência Social, Educação e Saúde com 10%. A diferença, se comparado aos resultados do PIB per capita, está na composição dos índices, pois o IFDM privilegia os aspectos de desenvolvimento humano, enquanto que o outro apenas a renda.

Tabela 2 - Correlação das despesas por função com IFDM de 2006 a 2007

Despesas por Função de Governo	IFDM		Despesas por Função de Governo	IFDM	
	CP*	Sig**		CP*	Sig**
Administração	0,298	0,000	Gestão Ambiental	0,327	0,000
Segurança Pública	0,229	0,000	Ciência e Tecnologia	0,179	0,000
Assistência Social	0,319	0,000	Agricultura	0,265	0,000
Previdência Social	0,256	0,000	Organização Agrária	-0,111	0,002
Saúde	0,310	0,000	Indústria	0,251	0,000
Trabalho	0,213	0,000	Comércio e Serviços	0,168	0,000
Educação	0,312	0,000	Comunicações	0,117	0,001
Cultura	0,276	0,000	Energia	0,088	0,016
Direitos da Cidadania	0,198	0,000	Transporte	0,255	0,000
Urbanismo	0,195	0,000	Desporto e Lazer	0,413	0,000
Habitação	0,194	0,000	Encargos Especiais	0,275	0,000
Saneamento	0,135	0,000			

*Correlação de Pearson

**Sig. (2-tailed)

Fonte: extraído do *software* SPSS® e adaptada pelos autores

Na Tabela 3 consta a correlação das despesas por função com PIB per capita por grupo de habitantes.

O primeiro grupo diz respeito aos Municípios com até 10.000 habitantes (dados de 2007), no qual as correlações estatisticamente significativas são muito baixas, com destaque às despesas com Desporto e Lazer (0,249 ou 6%), Urbanismo (0,241 ou 6%) e Cultura (0,143 ou 2%).

O segundo grupo trata dos Municípios de 10.001 a 30.000 habitantes, no qual as correlações estatisticamente significativas são baixas, com destaque às despesas com Assistência Social (0,326 ou 11%), Administração (0,303 ou 9%), Saúde (0,293 ou 9%), Urbanismo (0,253 ou 6%), Educação (0,251 ou 6%), Desporto e Lazer (0,233, 5%) e Cultura (0,208 ou 4%).

O terceiro grupo trata dos Municípios de 30.001 a 50.000 habitantes, no qual as correlações estatisticamente significativas são maiores, com destaque às despesas com Assistência Social (0,480 ou 23%), Educação (0,478 ou 23%), Encargos Especiais (0,471 ou 22%), Cultura (0,455 ou 21%), Ciência e Tecnologia (0,450 ou 20%), Saúde (0,449 ou 20%), Urbanismo (0,440 ou 19%), Saneamento (0,417 ou 17%), Administração (0,414 ou 17%), Desporto e Lazer (0,374 ou 14%) e Indústria (0,332 ou 11%).

O quarto grupo trata dos Municípios de 50.001 a 100.000 habitantes, no qual as correlações estatisticamente significativas são maiores, chegando a 32%. As despesas desse grupo com destaque são: Assistência Social (0,568 ou 32%), Administração (0,565 ou 32%), Previdência Social (0,506 ou 26%), Saúde (0,500 ou 25%), Indústria (0,482 ou 23%), Transporte (0,413 ou 17%), Saneamento (-0,390 ou 15%), Desporto e Lazer (0,335 ou 11%) e Agricultura (0,326 ou 11%).

O quinto grupo trata dos Municípios de acima de 100.000 habitantes, com exceção do Município de Curitiba, no qual as correlações estatisticamente significativas chegam a 28%. As despesas desse grupo com destaque são: Administração (0,534 ou 28%), Agricultura (0,444 ou 20%), Previdência Social (0,342 ou 12%), Transporte (0,340 ou 12%), Desporto e Lazer (0,311 ou 10%) e Educação (0,267 ou 7%).

Por último tem Curitiba, que por ser apenas 1 Município com 5 observações (2003 a 2007), as correlações estatisticamente significativas são muito altas, tais como: Educação (0,994 ou 99%), Saúde (0,993 ou 99%), Previdência Social (0,985 ou 97%), Gestão Ambiental (0,984 ou 97%), Desporto e Lazer (0,980 ou 96%), Segurança Pública (0,977 ou 95%), Urbanismo (0,974 ou 95%), Assistência Social (0,968 ou 94%), Administração (0,942 ou 89%), Cultura (0,930 ou 86%) e Comércio e Serviços (0,929 ou 86%).

Observando os dados por grupo de habitantes é possível verificar que:

- Os investimentos em Desporto e Lazer aparecem correlacionados significativamente com o PIB per capita em todos os grupos, isso corrobora com a teoria, a qual diz que quanto maior a renda da população maior é a exigência por lazer;
- Os investimentos na Administração não têm correlação com PIB per capita apenas com os Municípios com menos de 10.000 habitantes, ou seja, quanto maior o município e maior a renda, maior é a necessidade de investimentos para manter a máquina administrativa funcionando;
- Os Municípios com população de até 10.000 habitantes demonstram poucas e baixas correlações dos investimentos com PIB per capita, com destaque para Desporto e Lazer e Urbanismo (correlação de 6%).

- Os Municípios com população de 10.001 a 50.000 habitantes demonstram que quanto maior o PIB per capita maior a necessidade de investimentos em Desporto e Lazer, Assistência Social, Urbanismo, Cultura, Saúde e Educação;
- No caso dos Municípios com população de 50.001 a 100.000 habitantes, além dos investimentos já mencionados (Desporto e Lazer e Administração), destaca-se maior correlação do PIB per capita com Previdência Social, Saúde, Indústria e Transporte. Nota-se que os Municípios maiores passam a exigir mais investimentos nas áreas sociais, geração de emprego e transporte;
- Para os Municípios com população acima de 100.000 habitantes, os investimentos que diferem dos demais dizem respeito à Agricultura e Educação, pois percebe-se o papel desses Municípios como pólos regionais, respondendo pelo desenvolvimento da agricultura e da educação em suas regiões.

Tabela 3 - Correlação das despesas por função com PIB per capita de 2003 a 2007 por grupo de habitantes

Despesas por Função de Governo	PIB per capita											
	até 10000		10001 a 30000		30001 a 50000		50001 a 100000		acima de 100000		curitiba	
	CP*	Sig**	CP*	Sig**	CP*	Sig**	CP*	Sig**	CP*	Sig**	CP*	Sig**
Administração	0,112	0,000	0,303	0,000	0,414	0,000	0,565	0,000	0,534	0,000	0,942	0,017
Segurança Pública	0,030	0,355	0,008	0,848	0,150	0,110	-0,015	0,887	0,009	0,944	0,977	0,004
Assistência Social	0,139	0,000	0,326	0,000	0,480	0,000	0,568	0,000	0,042	0,751	0,968	0,007
Previdência Social	0,048	0,129	0,126	0,002	0,071	0,453	0,506	0,000	0,342	0,008	0,985	0,002
Saúde	0,111	0,000	0,293	0,000	0,449	0,000	0,500	0,000	-0,043	0,743	0,993	0,001
Trabalho	0,002	0,950	-0,079	0,049	-0,010	0,913	-0,128	0,231	0,091	0,488	-0,050	0,937
Educação	0,060	0,060	0,251	0,000	0,478	0,000	0,178	0,093	0,267	0,040	0,994	0,001
Cultura	0,143	0,000	0,208	0,000	0,455	0,000	-0,082	0,440	0,156	0,234	0,930	0,022
Direitos da Cidadania	0,006	0,840	0,098	0,014	-0,191	0,041	-0,021	0,842	-0,072	0,584	.	.
Urbanismo	0,241	0,000	0,253	0,000	0,440	0,000	0,238	0,024	-0,006	0,962	0,974	0,005
Habitação	0,092	0,004	0,041	0,306	-0,033	0,729	-0,036	0,736	-0,157	0,230	0,804	0,101
Saneamento	0,049	0,123	0,115	0,004	0,417	0,000	-0,390	0,000	-0,013	0,923	.	.
Gestão Ambiental	0,047	0,145	0,096	0,016	0,130	0,165	0,094	0,378	0,138	0,293	0,984	0,002
Ciência e Tecnologia	0,020	0,527	-0,008	0,833	0,450	0,000	0,137	0,197	-0,140	0,285	.	.
Agricultura	0,082	0,010	0,109	0,006	0,277	0,003	0,326	0,002	0,444	0,000	.	.
Organização Agrária	-0,024	0,452	-0,051	0,201
Indústria	0,046	0,154	0,108	0,007	0,332	0,000	0,482	0,000	0,121	0,356	0,082	0,896
Comércio e Serviços	0,023	0,468	0,101	0,012	0,201	0,032	0,110	0,300	-0,170	0,194	0,929	0,023
Comunicações	-0,003	0,927	0,178	0,000	0,233	0,012	0,113	0,287	-0,123	0,348	.	.
Energia	0,122	0,000	0,176	0,000	0,189	0,043	-0,061	0,570	-0,052	0,691	.	.
Transporte	0,031	0,334	0,142	0,000	0,172	0,066	0,413	0,000	0,340	0,008	.	.
Desporto e Lazer	0,249	0,000	0,233	0,000	0,374	0,000	0,335	0,001	0,311	0,015	0,980	0,003
Encargos Especiais	0,123	0,000	0,158	0,000	0,471	0,000	0,282	0,007	-0,051	0,700	0,270	0,661

*Correlação de Pearson

**Sig. (2-tailed)

Fonte: extraído do *software* SPSS® e adaptada pelos autores

Na Tabela 4 consta a correlação das despesas por função com IFDM por grupo de habitantes.

Observando esses dados é possível verificar a existência de similaridade da correlação dos investimentos com IFDM e os investimentos com PIB per capita, no que diz respeito aos investimentos em Desporto e Lazer (os quais são maiores quando o PIB per capita é maior e é maior em Municípios com IFDM maior, isso ocorre em todos os grupos) e nos investimentos dos Municípios com menos de 10.000 habitantes.

No caso dos Municípios de 10.001 a 30.000 habitantes, as correlações estatisticamente significativas são baixas, com destaque às despesas com Urbanismo (0,292 ou 9%), Assistência Social (0,272 ou 7%), Encargos Especiais (0,267 ou 7%) e Desporto e Lazer (0,225 ou 5%). Esse fato não se repete nos Municípios de 30.001 a 50.000 habitantes, pois

para eles quanto maior forem os investimentos em Energia (correlação de 0,438 ou 19%), Administração (0,427 ou 18%), Ciência e Tecnologia (0,408 ou 17%), Saneamento (0,392 ou 15%), Desporto e Lazer (0,383 ou 15%) e Cultura (0,352 ou 12%) maior será o IFDM.

Os Municípios de 50.001 a 100.000 habitantes, no qual as correlações estatisticamente significativas são maiores, chegando a 34%. As despesas desse grupo com destaque são: Administração (0,586 ou 34%), Assistência Social (0,551 ou 30%), Saúde (0,535 ou 29%), Indústria (0,504 ou 25%), Encargos Especiais (0,444 ou 20%), Desporto e Lazer (0,379 ou 14%), Agricultura (0,378 ou 14%) e Energia (-0,343, 12%).

O quinto grupo trata dos Municípios de acima de 100.000 habitantes, com exceção do Município de Curitiba, no qual as correlações estatisticamente significativas são em um número menor, mas com o mínimo de 17%. As despesas desse grupo com destaque são: Assistência Social (0,541 ou 29%), Saneamento (-0,541 ou 29%), Saúde (0,525 ou 28%), Cultura (0,482 ou 23%), Comércio e Serviços (-0,439 ou 19%), Gestão Ambiental (0,420 ou 18%) e Educação (0,407 ou 17%).

Por último tem Curitiba, que por ser apenas 1 Município com 2 observações (2006 e 2007), não foi possível fazer a correlação.

Tabela 4 - Correlação das despesas por função com IFDM de 2006 a 2007 por grupo de habitantes

Despesas por Função de Governo	IFDM											
	até 10000		10001 a 30000		30001 a 50000		50001 a 100000		acima de 100000		curitiba	
	CP*	Sig**	CP*	Sig**	CP*	Sig**	CP*	Sig**	CP*	Sig**	CP*	Sig**
Administração	0,162	0,001	0,127	0,045	0,427	0,003	0,586	0,000	0,171	0,425	.	.
Segurança Pública	0,007	0,889	0,006	0,924	0,122	0,421	0,165	0,336	0,019	0,929	.	.
Assistência Social	0,097	0,054	0,272	0,000	-0,056	0,709	0,551	0,000	0,541	0,006	.	.
Previdência Social	0,139	0,006	0,127	0,044	0,125	0,408	0,222	0,193	0,354	0,090	.	.
Saúde	0,142	0,005	0,115	0,069	0,130	0,389	0,535	0,001	0,525	0,008	.	.
Trabalho	-0,041	0,413	-0,015	0,809	0,234	0,118	0,140	0,417	0,125	0,562	.	.
Educação	-0,010	0,844	-0,017	0,794	0,007	0,963	-0,041	0,812	0,407	0,049	.	.
Cultura	0,259	0,000	0,128	0,043	0,352	0,017	0,140	0,417	0,482	0,017	.	.
Direitos da Cidadania	-0,091	0,072	-0,113	0,074	-0,076	0,614	-0,180	0,294	0,320	0,127	.	.
Urbanismo	0,221	0,000	0,292	0,000	0,123	0,415	0,208	0,224	0,277	0,190	.	.
Habituação	0,144	0,004	0,121	0,056	0,057	0,706	0,112	0,517	-0,112	0,602	.	.
Saneamento	0,009	0,861	0,168	0,008	0,392	0,007	-0,155	0,366	-0,541	0,006	.	.
Gestão Ambiental	0,142	0,005	0,093	0,141	0,218	0,146	-0,120	0,487	0,420	0,041	.	.
Ciência e Tecnologia	0,055	0,278	0,048	0,452	0,408	0,005	-0,210	0,220	0,264	0,212	.	.
Agricultura	0,095	0,061	0,008	0,895	0,153	0,311	0,378	0,023	0,365	0,079	.	.
Organização Agrária	-0,049	0,329	-0,193	0,002
Indústria	0,198	0,000	0,133	0,035	-0,282	0,058	0,504	0,002	0,383	0,065	.	.
Comércio e Serviços	0,133	0,008	0,026	0,684	0,084	0,581	0,119	0,491	-0,439	0,032	.	.
Comunicações	0,075	0,138	-0,017	0,790	.	.	-0,248	0,145	0,046	0,832	.	.
Energia	0,151	0,003	0,060	0,349	0,438	0,002	-0,343	0,040
Transporte	-0,011	0,822	-0,160	0,011	0,064	0,670	0,158	0,356	0,383	0,065	.	.
Desporto e Lazer	0,274	0,000	0,225	0,000	0,383	0,009	0,379	0,023	0,401	0,052	.	.
Encargos Especiais	0,127	0,012	0,267	0,000	0,200	0,183	0,444	0,007	0,091	0,672	.	.

*Correlação de Pearson

**Sig. (2-tailed)

Fonte: extraído do *software* SPSS® e adaptada pelos autores

Na Tabela 5 consta a correlação das despesas por função com PIB per capita por região geográfica.

A primeira região é a central, na qual as despesas com maiores correlações estatisticamente significativas foram: Indústria (0,263 ou 7%), Desporto e Lazer (0,254 ou 6%), Assistência Social (0,226 ou 5%), Administração (0,208 ou 4%) e Saúde (0,201 ou 4%).

A segunda região é a metropolitana, na qual as despesas com maiores correlações estatisticamente significativas foram: Agricultura (0,812 ou 66%), Transporte (0,476 ou 23%), Desporto e Lazer (0,430 ou 18%), Administração (0,338 ou 11%) e Gestão Ambiental (0,331 ou 11%). Os altos percentuais de correlação dessa região foram influenciados pela alta correlação nos dados da cidade de Curitiba. Para evitar tal fato ela poderia ter sido retirada, mas como trata-se de uma região e a capital, como Curitiba, tem forte influência econômica e social nessas cidades que formam a região metropolitana, optou-se por mantê-la.

A terceira região é a noroeste, na qual as despesas não apresentaram correlações estatisticamente significativas com o PIB per capita.

A quarta região é a norte, na qual as despesas com maiores correlações estatisticamente significativas foram: Administração, Encargos Especiais, Urbanismo, Desporto e Lazer e Assistência Social com apenas 4%.

A quinta região é a oeste, na qual as despesas com maiores correlações estatisticamente significativas foram: Desporto e Lazer e Urbanismo com apenas 4%.

A sexta região é a sudeste, na qual as despesas com maiores correlações estatisticamente significativas foram: Saneamento (-0,294 ou 9%), Administração (0,289 ou 8%), Gestão Ambiental (-0,273 ou 7%) e Energia (0,226 ou 5%). No caso de Saneamento e Gestão Ambiental, a correlação negativa indica que quanto maior o PIB per capita dos Municípios dessa região, menos foi os investimentos nessas áreas.

A sétima e última região é a sudoeste, na qual as despesas com maiores correlações estatisticamente significativas foram: Urbanismo (0,630 ou 40%), Assistência Social (0,604 ou 36%), Administração (0,596 ou 36%), Saúde (0,594 ou 35%), Educação (0,588 ou 35%), Habitação (0,576 ou 33%), Cultura (0,542 ou 29%), Desporto e Lazer (0,520 ou 27%), Encargos Especiais (0,468 ou 22%), Transporte (0,461 ou 21%), Indústria (0,451 ou 20%), Comércio e Serviços (0,450 ou 20%), Agricultura (0,419 ou 18%), Gestão Ambiental (0,333 ou 11%), Energia (0,265 ou 6%) e Segurança Pública (0,237 ou 6%).

Observando as correlações acima, percebe-se que apenas as regiões metropolitana e sudoeste se destacam por possuírem correlações estatisticamente significativas e altas, as demais não possuem ou são muito baixas.

A região metropolitana é a segunda menor região em número de Municípios do Paraná, mas a que possui a maior população média e o maior PIB per capita médio (baseado nos dados de 2007). Nessa região quanto maior o PIB per capita maior é a necessidade de investimentos na Agricultura (correlação de 0,812 ou 66%), Transporte (0,476 ou 23%), Desporto e Lazer (0,430 ou 18%) etc.

A região sudoeste é a terceira menor região em número de Municípios, a segunda menor em população média e o PIB per capita médio está abaixo da média do Estado (dados de 2007). Essa região apresentou correlações significativas em quase todos os tipos de investimentos na área sócio-econômica, ou seja, os resultados demonstram que quanto maior o PIB per capita dessa região maior foram os investimentos, preferencialmente em Urbanismo, Assistência Social, Saúde, Educação, Habitação etc.

Tabela 5 - Correlação das despesas por função com PIB per capita de 2003 a 2007 por região

Despesas por Função de Governo	PIB per capita													
	central		metropolitana		noroeste		norte		oeste		sudeste		sudoeste	
	CP*	Sig**	CP*	Sig**	CP*	Sig**	CP*	Sig**	CP*	Sig**	CP*	Sig**	CP*	Sig**
Administração	0,208	0,000	0,338	0,000	0,061	0,303	0,210	0,000	0,179	0,007	0,289	0,004	0,596	0,000
Segurança Pública	0,099	0,077	0,141	0,074	0,051	0,389	0,182	0,000	0,069	0,297	0,171	0,088	0,237	0,045
Assistência Social	0,226	0,000	0,217	0,006	0,070	0,234	0,188	0,000	0,171	0,009	-0,066	0,513	0,604	0,000
Previdência Social	0,135	0,016	0,226	0,004	0,015	0,803	0,160	0,000	0,173	0,008	0,099	0,327	0,063	0,598
Saúde	0,201	0,000	0,171	0,030	0,040	0,492	0,184	0,000	0,169	0,010	-0,048	0,638	0,594	0,000
Trabalho	0,087	0,122	0,128	0,106	0,073	0,213	-0,031	0,454	-0,022	0,741	-0,071	0,484	0,220	0,063
Educação	0,181	0,001	0,238	0,002	0,047	0,426	0,179	0,000	0,160	0,015	0,101	0,316	0,588	0,000
Cultura	0,182	0,001	0,183	0,021	0,076	0,199	0,157	0,000	0,174	0,008	0,076	0,454	0,542	0,000
Direitos da Cidadania	0,081	0,149	0,253	0,001	0,035	0,548	0,155	0,000	0,115	0,081	0,175	0,082	0,218	0,066
Urbanismo	0,186	0,001	0,099	0,214	0,070	0,236	0,199	0,000	0,190	0,004	0,021	0,837	0,630	0,000
Habitação	0,067	0,231	0,082	0,300	-0,005	0,927	0,125	0,002	0,131	0,046	-0,014	0,892	0,576	0,000
Saneamento	0,085	0,131	0,042	0,595	-0,113	0,054	0,064	0,121	0,108	0,103	-0,294	0,003	0,084	0,484
Gestão Ambiental	0,151	0,007	0,331	0,000	0,008	0,896	0,128	0,002	0,008	0,905	-0,273	0,006	0,333	0,004
Ciência e Tecnologia	0,047	0,406	-0,057	0,473	0,044	0,459	0,068	0,095	0,023	0,728	.	.	0,172	0,150
Agricultura	0,077	0,169	0,812	0,000	0,076	0,198	0,100	0,014	0,050	0,451	0,047	0,641	0,419	0,000
Organização Agrária	-0,110	0,050	.	.	-0,034	0,562	-0,028	0,491	-0,049	0,460	-0,055	0,586	.	.
Indústria	0,263	0,000	0,140	0,077	0,016	0,791	0,154	0,000	0,014	0,837	-0,017	0,864	0,451	0,000
Comércio e Serviços	0,153	0,006	0,092	0,246	0,025	0,671	0,132	0,001	0,043	0,520	-0,140	0,163	0,450	0,000
Comunicações	0,108	0,053	0,071	0,369	0,016	0,791	-0,020	0,634	0,050	0,451	0,082	0,416	0,203	0,087
Energia	0,127	0,023	-0,071	0,369	0,086	0,145	0,061	0,139	0,042	0,527	0,226	0,024	0,265	0,024
Transporte	0,160	0,004	0,476	0,000	0,057	0,334	0,176	0,000	0,043	0,521	0,128	0,204	0,461	0,000
Desporto e Lazer	0,254	0,000	0,430	0,000	0,034	0,565	0,189	0,000	0,207	0,002	0,027	0,787	0,520	0,000
Encargos Especiais	0,154	0,006	0,124	0,117	0,074	0,207	0,208	0,000	0,180	0,006	-0,014	0,887	0,468	0,000

*Correlação de Pearson

**Sig. (2-tailed)

Fonte: extraído do *software* SPSS® e adaptada pelos autores

Na Tabela 6 consta a correlação das despesas com IFDM por região geográfica.

A primeira região é a central, na qual as despesas com maiores correlações estatisticamente significativas foram: Desporto e Lazer (0,495 ou 25%), Administração (0,478 ou 23%), Assistência Social (0,468 ou 22%), Saúde (0,467 ou 22%), Cultura (0,463 ou 21%), Encargos Especiais (0,434 ou 19%), Urbanismo (0,427 ou 18%), Educação (0,425 ou 18%), Segurança Pública (0,368 ou 14%), Ciência e Tecnologia (0,352 ou 12%), Trabalho (0,351 ou 12%), Comunicação (0,344 ou 12%), Previdência Social (0,327 ou 11%) etc.

A segunda região é a metropolitana, na qual as despesas com maiores correlações estatisticamente significativas foram: Desporto e Lazer (0,670 ou 45%), Gestão Ambiental (0,637 ou 41%), Educação (0,575 ou 33%), Administração (0,565 ou 32%), Assistência Social (0,549 ou 30%), Previdência Social (0,543 ou 29%), Transporte (0,542 ou 29%), Trabalho (0,531 ou 28%), Saúde (0,525 ou 28%), Cultura (0,520 ou 27%), Segurança Pública (0,497 ou 25%), Agricultura (0,493 ou 24%), Encargos Especiais (0,469 ou 22%), Habitação (0,468 ou 22%), Urbanismo (0,457 ou 21%), Comércio e Serviços (0,452 ou 20%) e Indústria (0,427 ou 18%).

A terceira região é a noroeste, na qual as despesas com maiores correlações estatisticamente significativas foram: Transporte (0,388 ou 15%), Urbanismo (0,374 ou 14%), Assistência Social, Administração e Saúde (0,352 ou 12%), Educação (0,351 ou 12%), Indústria (0,345 ou 12%), Encargos Especiais (0,343 ou 12%) e Agricultura (0,338 ou 11%).

A quarta região é a norte, na qual as despesas com maiores correlações estatisticamente significativas foram: Administração (0,543 ou 29%), Urbanismo (0,506 ou 26%), Educação (0,487 ou 24%), Assistência Social (0,480 ou 23%), Encargos Especiais (0,454 ou 21%), Saúde (0,444 ou 20%), Segurança Pública (0,442 ou 20%), Desporto e Lazer

(0,439 ou 19%), Cultura (0,434 ou 19%), Previdência Social (0,387 ou 15%), Comércio e Serviços (0,381 ou 15%), Indústria (0,362 ou 13%), Gestão Ambiental (0,359 ou 13%) e Direitos da Cidadania (0,356 ou 13%).

A quinta região é a oeste, na qual as despesas com maiores correlações estatisticamente significativas foram: Desporto e Lazer (0,506 ou 26%), Assistência Social (0,494 ou 24%), Previdência Social (0,473 ou 22%), Encargos Especiais (0,472 ou 22%), Educação (0,461 ou 21%), Urbanismo (0,444 ou 20%), Gestão Ambiental (0,405 ou 16%), Saúde (0,396 ou 16%), Administração (0,391 ou 15%), Habitação (0,365 ou 13%), Cultura (0,357 ou 13%), Segurança Pública (0,344 ou 12%) e Transporte (0,317 ou 10%).

A sexta região é a sudeste, na qual as despesas com maiores correlações estatisticamente significativas foram: Agricultura (0,556 ou 31%), Educação (0,417 ou 17%), Organização Agrária (-0,416 ou 17%), Administração (0,385 ou 15%), Assistência Social (0,375 ou 14%), Urbanismo (0,365 ou 13%), Encargos Especiais (0,358 ou 13%) etc.

A sétima e última região é a sudoeste, na qual as despesas com maiores correlações estatisticamente significativas foram: Agricultura (0,392 ou 15%), Segurança Pública (0,227 ou 5%), Transporte (0,222 ou 5%) e Saneamento (0,215 ou 5%).

De modo geral, considerando todas as regiões, quanto maior foram os investimentos em Administração e Assistência Social, maior foi o IFDM. Os investimentos em Segurança Pública, Gestão Ambiental e Transporte não impactaram no IFDM apenas na região Sudeste. Enquanto isso, os investimentos em Educação, Cultura, Urbanismo não impactaram somente na região Sudoeste. Por outro lado, os investimentos em Comunicação impactaram apenas na região Central e a Energia somente no Norte.

Tabela 6 - Correlação das despesas por função com IFDM de 2006 a 2007 por região

Despesas por Função de Governo	IFDM													
	central		metropolitana		noroeste		norte		oeste		sudeste		sudoeste	
	CP*	Sig**	CP*	Sig**	CP*	Sig**	CP*	Sig**	CP*	Sig**	CP*	Sig**	CP*	Sig**
Administração	0,478	0,000	0,565	0,000	0,352	0,000	0,543	0,000	0,391	0,000	0,385	0,014	0,194	0,009
Segurança Pública	0,368	0,000	0,497	0,000	0,286	0,002	0,442	0,000	0,344	0,001	-0,070	0,669	0,227	0,002
Assistência Social	0,468	0,000	0,549	0,000	0,352	0,000	0,480	0,000	0,494	0,000	0,375	0,017	0,156	0,036
Previdência Social	0,327	0,000	0,543	0,000	0,247	0,008	0,387	0,000	0,473	0,000	0,084	0,608	0,054	0,472
Saúde	0,467	0,000	0,525	0,000	0,352	0,000	0,444	0,000	0,396	0,000	0,103	0,529	0,114	0,129
Trabalho	0,351	0,000	0,531	0,000	0,081	0,386	0,020	0,755	-0,050	0,638	-0,083	0,609	0,070	0,351
Educação	0,425	0,000	0,575	0,000	0,351	0,000	0,487	0,000	0,461	0,000	0,417	0,008	0,142	0,058
Cultura	0,463	0,000	0,520	0,000	0,209	0,024	0,434	0,000	0,357	0,000	0,334	0,035	0,106	0,156
Direitos da Cidadania	0,174	0,049	-0,017	0,895	0,189	0,042	0,356	0,000	-0,055	0,605	-0,013	0,939	-0,094	0,208
Urbanismo	0,427	0,000	0,457	0,000	0,374	0,000	0,506	0,000	0,444	0,000	0,365	0,021	0,126	0,091
Habitação	0,169	0,057	0,468	0,000	0,121	0,197	0,243	0,000	0,365	0,000	0,116	0,474	0,145	0,053
Saneamento	0,200	0,024	-0,041	0,746	-0,034	0,718	0,152	0,019	0,291	0,005	-0,022	0,892	0,215	0,004
Gestão Ambiental	0,297	0,001	0,637	0,000	0,304	0,001	0,359	0,000	0,405	0,000	-0,028	0,863	0,152	0,042
Ciência e Tecnologia	0,352	0,000	0,020	0,877	-0,054	0,566	0,248	0,000	0,261	0,012	.	.	0,109	0,145
Agricultura	0,158	0,075	0,493	0,000	0,338	0,000	0,284	0,000	0,248	0,017	0,556	0,000	0,392	0,000
Organização Agrária	0,052	0,557	.	.	-0,069	0,461	-0,111	0,089	0,017	0,872	-0,416	0,008	.	.
Indústria	0,324	0,000	0,427	0,000	0,345	0,000	0,362	0,000	0,250	0,016	-0,136	0,402	0,008	0,911
Comércio e Serviços	0,307	0,000	0,452	0,000	0,240	0,009	0,381	0,000	0,252	0,015	-0,041	0,799	0,022	0,771
Comunicações	0,344	0,000	0,182	0,151	0,038	0,686	-0,060	0,361	0,069	0,514	-0,309	0,053	0,091	0,222
Energia	0,012	0,892	-0,029	0,817	0,027	0,777	0,192	0,003	0,062	0,555	0,294	0,066	0,119	0,110
Transporte	0,297	0,001	0,542	0,000	0,388	0,000	0,260	0,000	0,317	0,002	0,257	0,110	0,222	0,003
Desporto e Lazer	0,495	0,000	0,670	0,000	0,296	0,001	0,439	0,000	0,506	0,000	0,044	0,786	0,107	0,155
Encargos Especiais	0,434	0,000	0,469	0,000	0,343	0,000	0,454	0,000	0,472	0,000	0,358	0,024	0,113	0,132

*Correlação de Pearson

**Sig. (2-tailed)

Fonte: extraído do *software* SPSS® e adaptada pelos autores

5 – CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi verificar a relação existente entre os investimentos feitos nos Municípios Paranaenses, nas diversas funções de governo, com o desempenho sócio-econômico dos respectivos Municípios, no período de 2003 a 2007, utilizando o teste estatístico denominado de correlação de Pearson.

Dessa forma, pode-se verificar que quase todas as correlações encontradas, estatisticamente significativas, foram positivas, ou seja, o aumento no PIB per capita proporciona o aumento nos investimentos e um aumento nos investimentos proporciona maior desenvolvimento (IFDM).

Observando os resultados gerais, quando se correlaciona as despesas dos Municípios Paranaenses da amostra, do período estabelecido, com o PIB per capita percebe-se, mesmo com correlações baixas, o perfil agrícola do Paraná. Nesse caso, à medida que o PIB per capita dos paranaenses aumenta, ocorrem mais investimentos em transporte, lazer, agricultura, administração etc. A correlação com a população é alta e significa dizer que quanto mais populoso o município mais investimentos são necessários nas áreas básicas.

A diferença, se comparado aos resultados do PIB per capita com os resultados do IFDM, está na composição dos índices, pois o IFDM privilegia os aspectos de desenvolvimento humano, enquanto que o outro apenas a renda.

Quando a amostra foi separada por grupo de habitantes verificou-se a existência de similaridade da correlação dos investimentos com IFDM e os investimentos com PIB per capita, no que diz respeito aos investimentos em Desporto e Lazer (os quais são maiores quando o PIB per capita é maior e é maior em Municípios com IFDM maior, isso ocorre em todos os grupos) e nos investimentos dos Municípios com menos de 10.000 habitantes.

Porém, com a amostra separada pelas regiões geográficas do Paraná, os resultados demonstraram correlações estatisticamente significativas e altas nas regiões Metropolitana e Sudoeste, as demais não possuem ou são muito baixas.

A região metropolitana é a segunda menor região em número de Municípios do Paraná, mas a que possui a maior população média e o maior PIB per capita. Nessa região quanto maior o PIB per capita maior é a necessidade de investimentos na Agricultura, Transporte, Desporto e Lazer etc.

A região sudoeste é a terceira menor região em número de Municípios, a segunda menor em população média e o PIB per capita médio está abaixo da média do Estado. Os resultados demonstraram que quanto maior o PIB per capita dessa região, maior foram os investimentos, preferencialmente em Urbanismo, Assistência Social, Saúde, Educação, Habitação etc.

De modo geral, considerando todas as regiões, quanto maior foram os investimentos em Administração e Assistência Social, maior foi o IFDM. Os investimentos em Segurança Pública, Gestão Ambiental e Transporte não impactaram no IFDM apenas na região Sudeste. Enquanto isso, os investimentos em Educação, Cultura, Urbanismo não impactaram somente na região Sudoeste. Por outro lado, os investimentos em Comunicação impactaram apenas na região Central e a Energia somente no Norte.

Cabe destacar, como principais limitações deste trabalho, o período analisado e o tamanho da amostra. O período (2003 a 2007) não foi maior tendo em vista que os indicadores PIB per capita e IFDM mais recentes são de 2007. A amostra não possui todos os Municípios Paranaenses (399), pois 24 foram excluídos por falta de dados.

Para as futuras pesquisas sugere-se que se investigue uma quantidade maior de Municípios, considerando todos os tamanhos e regiões, além da utilização de outras ferramentas estatísticas ou, até mesmo, uma análise mais qualitativa para melhor explicar tais resultados.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Tânia Moreira; FREITAS, Ana Paula Gonçalves de; DUARTE, Gabriela de Souza Duarte; CAREPA-SOUSA, Júlio. Índices de sustentabilidade municipal: o desafio de mensurar. **Nova Economia**, 14 (3), p.11-33, set-dez/2004.

BORTOLANZA, Juarez. **Uma contribuição à gestão municipal no estabelecimento de prioridades de melhoria na área social**. Florianópolis, 2005. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção da Universidade de Santa Catarina.

BREMAEKER, François E. J. As dificuldades encontradas pelos prefeitos de pequenos Municípios. **Revista de Administração Municipal**, n. 221, abr-dez/1997.

FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **IFDM: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**. Ano Base 2007. Ano 3, 2010. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br>>. Acesso em: 15/02/11.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças públicas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. 2010. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br>>. Acesso em: 01/02/11.

LUBAMBO, Cátia W. Desempenho da Gestão Pública: que variáveis compõem a aprovação popular em pequenos Municípios? **Sociologias**, ano 8, n. 16, p. 86-125, jul-dez/2006.

REZENDE, Fernando Antonio. **Finanças Públicas**. 2 ed. São Paulo:Atlas, 2001.

RIANI, Flávio. **Economia do setor público**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública: um enfoque na contabilidade municipal**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VIEIRA, M. M. F. Poder, objetivos e instituições como determinantes da definição de qualidade em organizações brasileiras e escocesas. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 1, n. 1, p.07-34, 1997.